



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA PROCURADORIA GERAL

PARECER JURÍDICO N.º 01/2025

PROJETO DE N.º 06/2025 – Dispõe sobre o regime de adiantamento de numerário para realização de despesas públicas do Município de Iturama/MG.

I – RELATÓRIO

De autoria do Poder Executivo, o projeto pretende, em apertada síntese, instituir o regime de adiantamento de numerário para realização de despesas públicas no Município de Iturama/MG, observando sua compatibilidade com a Constituição Federal, a legislação federal correlata, em especial a Lei n.º 4.320/64 e a Lei n.º 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), bem como os princípios da administração pública.

O projeto dispõe sobre os casos e procedimentos em que será admitido o uso do regime de adiantamento para despesas municipais, estabelecendo requisitos, limites, responsabilidades e sanções aplicáveis.

Este é o breve relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Observo não haver vício na iniciativa conforme considerando que a matéria não é de iniciativa exclusiva da Mesa Diretora do Poder Legislativo e atende o disposto no inciso I do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal, reproduzo:

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Art. 69. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

I – a iniciativa das leis, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;

REGIMENTO INTERNO

Art. 114. É da competência exclusiva da Mesa da Câmara a iniciativa das leis que disponham:

I- autorização para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;

II- organização dos serviços administrativos da Câmara, criação, transformação ou extinção dos seus cargos, empregos e funções e fixação da respectiva remuneração.

Com relação à espécie legislativa, percebo que a matéria objeto do Projeto de Lei em exame não está entre aquelas em que o Regimento Interno requer Lei Complementar sendo correta a apresentação de Projeto de Lei Ordinária.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA PROCURADORIA GERAL

O projeto de lei respeita os princípios constitucionais da legalidade, eficiência e moralidade administrativa (art. 37, CF/88), ao delimitar situações excepcionais para o uso de adiantamentos e estabelecer requisitos claros para sua utilização e prestação de contas.

O regime de adiantamento encontra amparo no art. 68 da Lei nº 4.320/64, que autoriza a entrega de numerário a servidor público para despesas de pequeno vulto ou que demandem execução imediata, desde que haja previsão em lei local, como é o caso do presente projeto.

O projeto alinha-se aos limites estabelecidos pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos, notadamente ao art. 95, § 2º, que fixa valores máximos para despesas de pequeno vulto atualizáveis pelo Poder Executivo Federal. Ao vincular os valores dos adiantamentos a esse parâmetro, garante-se a legalidade e o controle da despesa pública.

O projeto reforça a observância dos princípios da eficiência e publicidade ao detalhar o processo de concessão, aplicação e prestação de contas dos adiantamentos, conferindo transparência e segurança jurídica. A inclusão de normas rigorosas para documentação comprobatória e sanções em caso de descumprimento previne possíveis irregularidades.

O papel atribuído ao Controle Interno no exame das prestações de contas é salutar, garantindo maior rigor e observância à legislação, além de minimizar riscos de prejuízo ao erário público. A previsão de sindicância e sanções demonstra a preocupação do legislador com a integridade dos recursos públicos.

O Projeto de Resolução atende o artigo 169 do Regimento da Casa, reproduzo:

REGIMENTO INTERNO

Art. 169. A Mesa só recebe proposição redigida com clareza, assinada pelo autor ou autores e observância do estilo parlamentar, dentro das normas constitucionais e regimentais e que verse sobre matéria de competência da Câmara. (alterado pela Resolução nº 34/96).

O projeto atende a Lei Complementar Federal nº 95/1998 e o Decreto Federal nº 9.191/2017.

O projeto deve ser submetido à apreciação da seguinte Comissão Permanente, reproduzo:

REGIMENTO INTERNO

Art. 68. Compete à Comissão de Finanças, Justiça e Legislação manifestar-se sobre matéria financeira, tributária e todos os assuntos entregues à sua apreciação quanto ao aspecto gramatical e lógico de todas as proposições submetidas à deliberação da Câmara, bem como elaborar a redação final das proposições aprovadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA PROCURADORIA GERAL

O quórum das deliberações do projeto em questão, caso os vereadores deem prosseguimento, é de **MAIORIA SIMPLES**, conforme preleciona o art. 261, do Regimento Interno da Câmara Municipal, caso aprovado na Comissão Permanente, vejamos:

REGIMENTO INTERNO

Art. 261. As deliberações da Câmara são tomadas por maioria de votos, presentes mais da metade de seus membros, salvo disposições em contrário.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, OPINO pela juridicidade do projeto de lei em análise.

O parecer não vincula as comissões permanentes, nem reflete o pensamento dos Vereadores, que deverão apreciar o presente Projeto de Lei.

Salvo melhor juízo, este é o parecer.

Iturama - MG, 13 de janeiro de 2025.

PAULINO JOSÉ DE QUEIROZ

OAB/MG. 41.902

Procurador Geral